



EXPERIÊNCIAS REPRODUTIVAS E DESEJOS DE MATERNIDADE EM LÉSBICAS E BISSEXUAIS

Gilberta Santos Soares¹

Refletir sobre as perspectivas de mulheres lésbicas e bissexuais em relação à maternidade e aos significados e subjetividades produzidos em torno das experiências me faz incursionar por campos teóricos que norteiam as questões do estudo². As teorias de gênero e da sexualidade, postuladas a partir da desconstrução das identidades fixas, da crítica ao binarismo e que consideram a heteronormatividade como categoria de análise (RUBIN, 1975; BUTLER, 2000; LAURENTIS, 1994), trazem pressupostos imprescindíveis para quebrar a linearidade entre a maternidade e as experiências reprodutivas, como gravidez e aborto, e a heteronormatividade, amparada nas concepções naturais do sexo biológico e do par homem/mulher.

Dialogam também com o campo de estudo sobre conjugalidades e homoparentalidade³ (GROSSI, 2003; UZIEL, 2004, MELLO, 2006) e como essas experiências contribuem para provocar rupturas ou permanências nos significados e discursos. A perspectiva feminista é relevante haja vista os significados da maternidade associados à feminilidade, diferente da relação entre paternidade e masculinidade, e dos papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens no tocante ao cuidado com os filhos. Pesquisas recentes com pais gays e mães lésbicas não apresentaram dados diferenciados de casais heterossexuais, sendo que as diferenças estão na forma como homens e mulheres lidam com a parentalidade e com a atenção às crianças (UZIEL, 2004).

Considerando que a maternidade compulsória às mulheres e a sexualidade instituída com fins reprodutivos estão na base da construção dos gêneros e das identidades de gênero, com forte apelo cultural nos discursos relacionados à modernidade (GIDDENS, 1991), interpela-se sobre as perspectivas de maternidade e os significados das experiências que estariam a reivindicar signos do sistema heteronormativo e aqueles que provocariam resignificações a partir da ruptura com a linearidade entre casal heterossexual-procriação-família.

A sexualidade bem-comportada

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo da UFBA/ Cunchã Coletivo Feminista/PB.< gilbertass@gmail.com >

² Este artigo traduz a construção do quadro teórico metodológico da pesquisa de doutorado a ser realizada.

³ Homoparentalidade, termo francês, cunhado em meados de 1990, para referir vínculos parentais protagonizados por gays, lésbicas e transgêneros. Abrange pessoas homossexuais que decidem serem mães e pais e pais e mães que passam a vivenciar relações homoafetivas (GROSSI, 2003).



Historicamente, a sexualidade feminina foi dirigida para fins reprodutivos, sendo normatizada através dos dispositivos da heteronormatividade. Para empreender o projeto de controle da sexualidade foram adotados vários mecanismos de disciplinamento dos corpos das mulheres, como a castidade e o tabu da virgindade, a proibição da masturbação, a medicalização dos sintomas da insatisfação com a opressão de gênero.

O processo de institucionalização da loucura no século XIX, que coincidiu com o maior disciplinamento dos corpos (FOUCAULT, 1979), relacionou a loucura feminina ao desejo sexual e à recusa a função materna, fazendo surgir o quadro nosológico da histeria⁴ (ENGEL, 1997). Outras queixas, como a frigidez feminina, sintomatizaram a sexualidade das mulheres a partir do século XIX, expressando o mal estar psíquico. Fernandez afirma: “*Agresividad, patologías, erotismos, abortos están fuera de lo posible de ser pensados. Y así, por negados, se harán presentes como sintomas*” (1993, p. 193).

A equação mulher = mãe exclui a dimensão erótica da vida das mulheres. A mãe casta e virgem apareceu com o Cristianismo no símbolo de Maria e a norma prescreveu para as mulheres uma vida sexual sem prazer, cuja antítese era a conduta desviante da prostituta. No processo de consolidação do modelo normativo, o útero tornou-se o centro do corpo feminino e a maternidade assumiu o lugar de essência, anulando outros desejos e projetos e escondendo as diversas formas de se vivenciar a maternidade.

Aspecto relevante da desvalorização da sexualidade feminina é a desinformação sobre esta nos saberes legitimados que perdurou por séculos. A ciência não reconheceu o clitóris, como órgão do prazer feminino, durante muito tempo. Galeno fazia uma analogia entre o pênis e a vagina (pênis para dentro). Alguns estudos psicanalíticos trataram o clitóris como uma replica inferior do pênis, associado a uma sexualidade feminina infantil. As primeiras alusões ao clitóris foram feitas por parteiras, no século XVI, que eram responsáveis por aplicar tratamento para histeria e problemas no útero através da estimulação clitoridiana. Foram utilizados tratamentos de ducha de água, aparatos de vapor e outros mecânicos para estimular o clitóris e a vulva, fazendo surgir o primeiro vibrador eletromecânico⁵, no início do século XX. (DOUGLAS e DOUGLAS, 1985).

No Ocidente, a relação de meninas e meninos com seus genitais da-se de forma distinta, aproximando-os da sexualidade de modo absolutamente diferente. Estimulam-se os meninos a

⁴Histerus no latim que significa útero. O útero é também conhecido como a mãe do corpo por mulheres de comunidades tradicionais no Brasil - útero-mãe.

⁵ O vibrador foi incorporado como tecnologia sexual pelas mulheres para promoção do prazer de forma individual ou com outra/outro.



pegarem, brincarem e mostrarem seus genitais, sobretudo o pênis; às meninas impõe-se um disciplinamento marcado pela interdição: “disso não se fala”, “isso não se toca e não se olha”. A vulva e a vagina são lócus de opressões, agressões e invasões. Mas, é também lugar de prazer, de orgulho, de gozo, de curiosidade e resignificação da sexualidade. (MAZA, CEDANO E CABREL; 2009).

Swain (2004) faz referência aos atributos de passivo e ativo colados, respectivamente, ao gênero feminino e masculino na vivência da sexualidade, na qual as mulheres são lócus e os homens ação. A imagem do feminino como receptáculo e da posição passiva no ato sexual é a projeção da inferioridade e da reprodução que se realiza com a penetração⁶ pênis-vagina, fim último do intercurso sexual apressado. A construção das relações de gênero sob a ótica heteronormativa dirigiu a vivência sexual feminina para a satisfação dos desejos masculinos.

A heteronormatividade e o controle da sexualidade feminina restringem o lugar para o desejo entre mulheres através de mecanismos que invisibilizam a lesbianidade. As práticas sexuais entre mulheres são negadas, punidas ou contidas na permissão da “amizade entre mulheres” cuja dimensão erótica é sublimada na imagem santificada da maternidade dessexualizada.

No contexto brasileiro, a sexualidade feminina na interface com a raça traz códigos diferentes para a sexualidade das mulheres negras com a idéia da devassidão, sedução e disposição sexual ‘nata’(GIACOMINI, 2006). Todavia, longe de contradizer os dispositivos, atuam na ordem binária das oposições para o reforço da moral para as brancas e castas.

Rubin (1993) abordou a questão dos privilégios concedidos àqueles que mais se aproximam do modelo e analisou os pressupostos ideológicos que regulam o sexo e a sexualidade, como a negatividade, a avaliação hierárquica das práticas sexuais e o pecado oriundo da tradição cristã. Ela representou as hierarquias estabelecidas na sexualidade numa pirâmide, onde no topo encontram-se o sexo considerado bom, normal e natural, que é heterossexual, marital, monogâmico reprodutivo e sem fins comerciais, deve acontecer dentro da mesma geração, praticado em par e em casa. Na base da pirâmide está o sexo ruim, anormal, não natural e perigoso com práticas homossexuais, fora do casamento, não procriativas, comercial, sozinha ou grupal, casual, entre gerações distintas, em público, pornográfica, com uso de objetos, sado masoquista.

O projeto casamento heterossexual-família-reprodução se estabelece através de papéis sexuais consolidados sob a diferença sexual, alicerçados na lógica binária da correspondência entre

⁶ Atento para não utilizar a afirmação como uma crítica generalizada a essa prática sexual visto que as práticas assumem significados próprios nas vivências em que se realizam.



sexo e gênero associada a outros pares de opostos como natureza/cultura, feminino/masculino, objeto/sujeito, homo/heterossexual. Estes são estabelecidos como estruturas hierárquicas, cuja divisão binária e natural da sociedade em dois sexos pressupõe a heterossexualidade obrigatória.

Butler (2008), situada no contexto da crítica aos universais, à essencialização do sujeito, aos binarismos de gênero e sexo, à perspectiva ontológica da identidade, afirma a dimensão social do sexo, na medida em que este não existe a priori dos discursos que o elaboram e o definem, ordenados no campo cultural. Para Foucault (1988), a sexualidade é um dispositivo da organização das relações sociais e está inserida em um sistema de utilidade e regulação, operando através de discursos e práticas sociais diversas. O dispositivo, que pode ser dito e não dito, é um conjunto de discursos e práticas que permeiam as relações sociais, estabelecendo uma rede entre diferentes tipos de discursos.

Heteronormatividade colada ao gênero

A heteronormatividade baseia-se na naturalidade da heterossexualidade, criando um sistema de reforço desta na base da reprodução social. Para Miskolci, refere-se ao “conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, a heteronormatividade marca até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto” (2009; p.154).

Relaciona-se aos vários mecanismos de legitimação das práticas sexuais, que se coadunam com o modelo de família heterossexual e produtivo economicamente, rejeitando as práticas ininteligíveis e os corpos abjetos (BUTLER, 2008). A heteronormatividade e seus códigos são retro alimentados pelo sistema sexista, racista e classista baseado na concepção de sujeito hegemônico e universal - homem, branco, heterossexual, adulto e proprietário.

Adrienne Rich (1970), pioneira na definição da heterossexualidade compulsória, apontou mecanismos de dominação e de violência, sobretudo contra as mulheres, para a manutenção da heterossexualidade obrigatória, como a prostituição, o casamento forçado, o estupro, a violência física e mental, a venda e troca de mulheres, além de outros que surgem na contemporaneidade.

A imbricação entre sexualidade e gênero aponta que a hierarquia das relações de gênero também está presente entre homens e mulheres homossexuais: “Para vivir su cuerpo, ejercer su sexualidad y, simplemente, vivir, las mujeres están ubicadas em condiciones menos vantajosas que los varones, aunque fuesen ellos homosexuales” (FALQUET, 2006:22). Lésbicas se constituem como sujeitos que contrariam a norma heterossexual e o referencial masculino universal, criando novos significados de sociabilidade, subjetividade e vivência da sexualidade e do prazer, com várias



possibilidades de arranjos amorosos, sexuais, conjugais e familiares e de trânsitos entre práticas afetivo-sexuais.

Voltando à idéia da pirâmide de Rubin, a autora observa que conquistas resultantes das lutas e pelo direito à diversidade sexual têm feito com que algumas práticas se localizem mais perto do topo, como heterossexuais que vivem juntos sem casar; relações homossexuais estáveis e monogâmicas que constituem famílias e que consomem bens e a masturbação. No entanto, transexuais, travestis, prostitutas e algumas práticas sexuais continuam na base da execração. Estudos lésbicos (FALQUET, 2006; NAVARRO SWAIN, 2004) e a teoria Queer (MISKOLCI, 2009) criticaram a assimilação e focaram na desconstrução da heteronormatividade, demarcando-a como um mecanismo de sustentação da heterossexualidade obrigatória, inclusive no contrato social que regula casamentos e famílias (WITTIG, 2006).

De fato, as lutas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBTT) por cidadania e direitos humanos e a facticidade das uniões homossexuais conquistaram reconhecimento e direitos sociais, fazendo emergir, no cenário político e discursivo, questões como o casamento, a adoção, as famílias homoparentais e uso de tecnologias reprodutivas. Estudiosos sobre homoparentalidade apontam as resistências na sociedade, relacionando ao fato de que estas desafiam a repressão sexual e a heterossexualidade compulsória (MELLO, 2006). Para Medeiros (2006), famílias lésbicas e gays contestam a idéia de que pai e mãe biológicos são os únicos seres aptos para ter e educar filhos, que quebram a circularidade entre relação de casal, procriação e parentalidade e ampliam as possibilidades de desempenho dos papéis parentais.

A construção da maternidade

Pensando sobre o lugar da maternidade na construção de gênero como algo datado historicamente, pergunta-se sobre os discursos que, historicamente, produziram a identificação das mulheres com a função materna de forma a definir “uma identidade feminina”, como forma possível de ser mulher.

Para Fernandez (1993) a centralidade da maternidade é resultante de processos sociais que chama de “*mitos sociales de la maternidad*”. Entendeu por mitos sociais “*La producción y reproducción de un universo de significaciones imaginarias constitutivas de lo femenino y lo masculino moderno que forman parte no sólo de los valores de la sociedad sino también de la subjetividad de hombres e mujeres*” (FERNANDEZ, 1993, p. 162). Para a autora, esse mito contribui para a produção de subjetividade em mulheres e homens apoiada na existência do



aparelho biológico e do instinto materno que pressupõem uma disponibilidade nata das mulheres para ter filhos, cuidá-los e amá-los incondicionalmente e na atemporalidade que destitui os significados culturalmente atribuídos à maternidade.

Estudos desmistificaram a tese da indiferença materna em relação às crianças, demonstrando o trânsito entre essa fase e a consolidação do modelo de boa mãe, com a instituição da noção de infância (BADINTER, 1991). No século XIX, o projeto de modernização das cidades, a intervenção da medicina e das ciências jurídicas, sob a influência do positivismo, implementava o projeto eugenista, ao passo que os ventos iluministas reforçavam a noção de direitos dos homens. A valorização da infância exigiu das mulheres a responsabilidade pelo cuidado com as crianças.

No Brasil colônia, o projeto de moralização social da metrópole portuguesa definiu a família como promotora da ordem e difundiu o ideal da “boa mãe” para instalar a regeneração social causada pelos vícios sexuais dos devassos. O projeto de difusão da fé católica pregava o casamento sacramentado e indissolúvel, propagando a idéia de proteção e segurança para a maternidade e a legitimação dos seus filhos. As esposas deveriam ser devotadas aos maridos e a estes cabiam garantir o bem estar físico, econômico e espiritual da família e a vigilância sobre filhas e esposa.

A maternidade é um fenômeno social em que a maternagem e o estabelecimento de relações sociais extrapolam o sentido biológico de gestar e parir, podendo ser viabilizada por vínculos sociais e relações de parentesco que não se fundam em laços sanguíneos. É portadora de múltiplos sentidos que se articulam com o contexto, a trajetória de vida da mulher, sua sexualidade, desejo ou não de maternidade, a construção das identidades e reconhecimento social.

Indagações...

A maternidade pode significar um recurso confirmatório de uma identidade fixa de gênero, baseada na suposta essência feminina, que implica na existência de um desejo heterossexual, assentada sobre a complementariedade entre mulher/feminino e homem/masculino. Nesta perspectiva, a decisão de não exercer a maternidade pode representar uma ruptura e a transgressão da construção dos sentidos. O abortamento pode adquirir esse significado simbólico diante de uma gravidez (in) desejada.

Todavia, a maternidade vivenciada em contextos de lesbianidade pode provocar ininteligibilidade no sistema heteronormativo, ao produzir experiências que rompem com o dualismo, baseado em lugares determinados de mulheres/mães e homens/pais definidos pelo sistema de gênero.



Assim, algumas questões se colocam: Quais as perspectivas de mulheres lésbicas e bissexuais em relação à maternidade? Quais os arranjos e as experiências de maternidade que permeiam as vivências lésbicas? Quais as subjetividades produzidas em torno dessas experiências? Que atos performativos são produzidos com as experiências de maternidade? Como se colocam as experiências reprodutivas, como a gravidez e o aborto, na trajetória de vida de mulheres com vivências atuais lésbicas?

Considera-se que a subjetividade é produzida a partir dos lugares dos sujeitos no mundo, de forma dinâmica e multidimensional, permeada por marcadores de diferença. Assim, pergunta-se sobre os significados de ruptura simbólica e subjetiva das dimensões normativas da matriz heterossexual que a vivência da maternidade, com ou sem experiências reprodutivas, podem assumir, permeadas por outros marcadores sociais.

Bibliografia

- BADINTER, E. *Um amor conquistado – o mito do amor materno*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ENGEL, M. *Psiquiatria e feminilidade*. In: DEL PRIORI, M. *A história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 189-222.
- DOUGLAS, M & DOUGLAS, L. *Eu também quero*. Guia sexual da mulher inteligente. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1988.
- FALQUET, J. *De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas*. Bogotá: Brecha lésbica, 2006.
- FERNANDEZ, A.M. *La mujer de la ilusión: pactos y contratos entre hombres y mujeres*. Buenos Aires: Paidós, 1993.
- FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979
- _____. *Historia da Sexualidade. A vontade de saber*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GIACOMINI, S.M. *Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação*. *Revista Estudos Feministas*. V.14. n.1. Santa Catarina: UFSC, 2006
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- GROSSI, M. *Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil*. *Cadernos Pagú*. V. 21. Campinas: Unicamp, 2003. P 261-280.



- LAURENTIS, T. A tecnologia de Gênero. In: HOLLANDA, H. B. *Tendências e impasse. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. P. 206-242.
- MAZA, S; CEDANO, D.; CABREL; L. *Yo amo mi vulva*. Lima: Punto & Grafia, 2009.
- MEDEIROS, C. P. Uma família de mulheres: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. *Revista Estudos Feministas*. V. 14 N. 2 Florianópolis: UFSC/. 2006. P. 535-547.
- MELLO, L. Familismo (anti) homossexual e regulação da cidadania no Brasil. *Revista Estudos Feminista*. V.14, N. 2. Florianópolis: UFSC, 2006.
- MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Revista Sociologias*. A.11, N.21. Porto Alegre: 2009 P. 150-182
- RICH, A. *Compulsory heterosexuality and lesbian existence*. Disponível em: <<http://www.terry.uga.edu/~dawndba/4500compulsoryhet.htm>. Acesso em 12/12/2009>.
- RUBIN, G. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality [1984]. In: ABELOVE, H. BARALE, M. e HALPERIN, D. (eds.) *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York, Routledge, 1993. Disponível em: < <http://books.google.com.br/books> > Acesso em 14/12/2009.
- SWAIN, T. N. *O Normal e o abjeto: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres*. Revista LABRYS n. 6. 2004. Disponível em < <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys6/index.html>.> Acesso em 03/04/2010.
- UZIEL, A. P. Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conjugação. In: HEILBORN, M. L. *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. P. 87 – 117.
- WITTIG, M. *El pensamiento heteroseuxal y outros ensayos*. Barcelona/Madrid: Editorial Egales, 2006.